

Sumário

Agradecimentos	9
Prefácio	11
Apresentação	15
Lista de Abreviaturas	19
Introdução	23
Capítulo I – Independência e imparcialidade do julgador: aspectos gerais....	29
I.1. Jurisdição Arbitral e Jurisdição Estatal	29
I.1.1. Importância da função jurisdicional da arbitragem	33
I.2. Impedimento e Suspeição do juiz na legislação processual civil brasileira e portuguesa	38
I.2.1. Impedimento e Suspeição do juiz na legislação proces- sual civil brasileira	42
I.2.2. Impedimento e Suspeição do juiz na legislação proces- sual civil portuguesa	51
I.3. Extensão da exigência de independência e imparcialidade a outros sujeitos do processo	58
I.4. Tratamento da independência e da imparcialidade do árbitro	62
I.4.1. Natureza contratual e confiança como fundamentos dos deveres dos árbitros perante as partes	67
Capítulo II – Cumprimento do Dever de Revelação pelo árbitro	73
II.1. Natureza e elementos essenciais do Dever de Revelação	73
II.2. O exercício do Dever de Revelação: dúvida justificável (LArb 14) e fundadas dúvidas (LAV 13.º) como conceitos legais determina- dos	77

II.2.1.	Critérios para o adequado cumprimento do Dever de Revelação	87
II.2.1.1.	<i>Soft law</i> como parâmetro referencial complementar para o <i>disclosure</i>	90
II.3.	O conteúdo jurídico do Dever de Revelação e seus efeitos	99
II.3.1.	Colaboração das partes para o cumprimento do Dever de Revelação	104
II.3.2.	A preclusão diante da renúncia à alegação de conflito de interesses	110
II.3.3.	Extensão da exigência de independência e imparcialidade a outros atores da arbitragem	117
II.4.	Falha ou omissão do dever de revelação.....	119
II.4.1.	Responsabilidade Civil do Árbitro	124
II.4.2.	Consequências processuais da violação ao Dever de Revelação	127
II.4.3.	Impugnação Judicial da Sentença Arbitral por falha do Dever de Revelação	130
Capítulo III – Atualidades legislativas e jurisprudenciais no Brasil e em Portugal a respeito da violação ao Dever de Revelação		145
III.1.	O Projeto de Lei n. 3.293, de setembro de 2021, em trâmite perante o Congresso Nacional do Brasil	145
III.2.	Dados estatísticos sobre a impugnação de árbitros no Brasil.....	149
III.3.	A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 1050, de março de 2023, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal do Brasil	150
III.4.	Breves considerações acerca da jurisprudência recente no Brasil e em Portugal sobre violação ao Dever de Revelação	155
Considerações finais.....		179
Posfácio.....		185
Bibliografia.....		189